

Lorena Lima de Moraes
Aimê Felix Pordeus
Roseane Amorim da Silva

Vivências das mulheres no cangaço



Lorena Lima de Moraes
Aimê Felix Pordeus
Roseane Amorim da Silva

Vivências das mulheres no cangaço

Serra Talhada
2022



**UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO**

Marcelo Brito Carneiro Leão
Reitor

Gabriel Rivas de Melo
Vice-Reitor

Editora Universitária - UFRPE

Antão Marcelo Freitas Athayde Cavalcanti
Diretor

José Abmael de Araújo
Coordenador Administrativo

Josuel Pereira de Souza
Chefe de Produção Gráfica

Design e arte de capa: Aimê Pordeus
Diagramação: Janilson Lemos de Araújo Silva - EDUFRPE
Revisora: Carolina Zampier

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Vanete Almeida, Serra Talhada - PE, Brasil

M828v Moraes, Lorena Lima de
Vivências das mulheres no cangaço / Lorena Lima de
Moraes, Aimê Felix Pordeus, Roseane Amorim da Silva. – 1. ed.
– Recife: EDUFRPE, 2022.
146 p. : il.

Inclui referências.
ISBN 978-65-86547-79-5

1. Mulheres 2. Cangaceiras 3. Gênero 4. Cangaço
I. Pordeus, Aimê Felix II. Silva, Roseane Amorim da III. Título

CDD 305.4

SUMÁRIO

Prefácio	5
Introdução	7
Início do cangaço e o coronelismo	15
O papel da mulher sertaneja.....	23
Relações raciais e cangaço	29
O ingresso das mulheres no cangaço	39
Entrada voluntária	49
Entrada como resultado de violência	59
Maternidade no cangaço	71
Motivação para saída	87
Relação entre cangaceiros/ as e indígenas	97
Religiosidade no cangaço.....	107
Identidade visual do cangaço.....	119
Identidade visual do cangaço com a chegada das mulheres ..	131
As autoras.....	141

PREFÁCIO

Esta obra é um grande resultado do projeto acadêmico de Extensão Universitária “Um olhar interdisciplinar sobre o Cangaço”, financiado pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), para promover a Ciência, a Tecnologia e a Inovação nos Museus de Pernambuco, particularmente no Museu do Cangaço, em Serra Talhada, durante o ano de 2021.

O Grupo DADÁ participou da iniciativa, realizando estudos culturais, de gênero e de raça, de forma interdisciplinar, o que me faz sentir muito orgulho e alegria, principalmente pela coragem e ousadia para investigar e tratar temas tão delicados, em um Brasil que vem esbanjando conservadorismo embolorado e infundado.

Esta publicação articula os referidos estudos com o Cangaço, desabrochando uma nova forma de descortinar esse espaço-tempo tão icônico no nosso país e, ao mesmo tempo, tão acortinado de mistério e de muito por desvelar. É importante falar da relevância de uma compilação que analisasse o movimento cangaceiro a partir de olhares outros, em sua Dialética, como um emaranhado

cheio de contradições, tensões, injustiças, descontentamentos, tocaias e relações e disputas políticas e sociais.

A proposta que aqui se apresenta é importante por nos levar a refletir sobre significativas perspectivas e articulações e por desenvolver maior criticidade e consciência histórico-social acerca dos “cavaleiros e cavaleiras” errantes do Nordeste, despertando-nos para uma cultura da Diversidade que investiga e aponta as relações desiguais de poder, a luta por terra e, principalmente, a resistência aos modelos impostos pelas instituições e sociedade da época.

Esperamos que essas reflexões sejam o pontapé inicial de novas discussões e questionamentos e que a leitura seja agradável e instigadora, como foi para nós. Que o Cangaço permaneça gerando novas concepções e estudos interdisciplinares, mostrando a história de resistência e valor do povo nordestino, que é, sobretudo, um povo forte!

Prof. Dr. Thiago Araújo da Silveira

Prof. Adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada

Prof. Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática – UFRPE - PPGEC

INTRODUÇÃO

Esta publicação resulta de uma das atividades propostas pelo projeto “Um olhar interdisciplinar sobre o Cangaço”, realizado em 2021, com financiamento da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE)¹ e que teve como objetivo lançar olhares interdisciplinares sobre o tema, a partir de diálogos construídos entre diversas áreas do conhecimento, e, assim, produzir reflexões sobre esse movimento que marcou a cultura e a identidade nordestina. Como parte da iniciativa mencionada, realizamos o subprojeto: “Um olhar de gênero sobre o Cangaço”².

O subprojeto, que combinou atividades de pesquisa e extensão, foi realizado dentro das atividades do DADÁ: Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde, tomando como referência a interseccionalidade das categorias de gênero, classe e raça, as quais orientam as

1 O projeto foi coordenado pelo professor Thiago Silveira, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Serra Talhada, UFRPE - UAST.

2 O subprojeto foi idealizado e coordenado pela Prof.^a Dr.^a Lorena Lima de Moraes da UFRPE - UAST e contou com Aimê Felix, estudante do curso de Letras da UFPE, como bolsista de extensão, e a Profa. Dr.^a Roseane Amorim da UFRPE - UAST, como integrante da equipe.

produções acadêmicas e científicas desenvolvidas pelas pesquisadoras do grupo. Por essas categorias serem polissêmicas, vale apontar como as consideramos no estudo para refletirmos sobre o movimento do Cangaço.

A noção de gênero, em um primeiro momento, foi desenvolvida e utilizada em oposição ao sexo, para descrever o que é socialmente construído em referência ao masculino e ao feminino, rejeitando a ideia de se justificar, a partir da biologia, as raízes das diferenças entre mulheres e homens. Consideramos que essa categoria implica que as desigualdades existentes entre mulheres-homens, mulheres-mulheres e homens-homens são perpassadas por processos históricos que caracterizam um padrão de relações de poder (SCOTT, 1990). Assim, sendo uma construção social, as relações de gênero são diversas não somente entre as sociedades e em momentos históricos, mas, também, podem se diferenciar no interior de uma mesma sociedade, quando se consideram os diferentes

grupos (religiosos, raciais, de classe, entre outros) que as constituem. Fizemos uso da categoria



gênero, considerando que esta é constituída por classe e raça, ao mesmo tempo em que as constitui, para pensarmos sobre as mulheres sertanejas e sua posição na sociedade, bem como os diversos motivos que levaram as cangaceiras a ingressarem no movimento. As relações e desigualdades de gênero também nos propiciaram refletir sobre o modo de vida das mulheres nos bandos.

Outra categoria fundamental para compreendermos o Cangaço é a classe social. Para tanto, tomamos o conceito weberiano, que não restringe a sua definição apenas ao caráter produtivo, mas a compreende permeada por dimensões econômicas, mas também, subjetivas, simbólicas e culturais, abarcando bens materiais, posse, honra, prestígio, status e privilégios. O Cangaço, movimento que surge em um período marcado pelo coronelismo, não pode ser pensado sem levar em consideração as questões de classe, que, para Max Weber, ordena as sociedades em estratos, garantindo distintos tratamentos de honra, privilégios e posições sociais (WEBER, 1999). O Cangaço, composto por vários indivíduos provenientes de classes sociais baixas, afrontava principalmente o Estado (as volantes) e os coronéis.

Para refletirmos sobre raça, nos embasamos nas ideias de Guimarães (2003), que a considera uma construção social que remete a discursos sobre as origens de um grupo com base em traços fisionômicos, transpostos para qualidades morais e intelectuais. Refere-se à materialidade do corpo expressa pelo fenótipo. O racismo constitui-se em um sistema de dominação e opressão estrutural pautado numa racionalidade que hierarquiza grupos e povos, baseada na crença da superioridade e inferioridade racial. “No Brasil, ele opera com a ideologia de raça biológica, travestida no mito da democracia racial (harmonia racial) que se nutre, entre outras coisas, do potencial da miscigenação brasileira” (GOMES, 2017, p. 98). Nota-se que, no Cangaço, era forte essa crença da superioridade das pessoas brancas em relação às negras. Lampião, o líder do movimento, era negro, mas afirmava com todas as letras que não gostava de negros, “que essa gente não prestava”. Não reconhecer sua negritude era uma forma de afastar-se de todos os atributos negativos atribuídos a essa parcela da população.

Desse modo, interessou-nos observar a interseccionalidade de gênero, classe, raça, mas também, de sexualidade e território. O debate sobre as convergências entre gênero e outros sistemas de opressão teve como pioneiras Flora Tris-

tan e Sojourner Truth e, a partir dos anos de 1960, a questão foi estabelecida de forma incontornável pelo pensamento progressista. No entanto, o conceito foi cunhado e difundido com a jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw (2002), que fez uso da ideia de interseccionalidade para designar a interdependência entre os marcadores sociais de gênero, raça e classe nas dinâmicas de poder. A partir de um olhar interseccional de gênero, realizamos algumas reflexões sobre as mulheres sertanejas, o seu ingresso no Cangaço e a sua subversão às normas e regras do Sertão Nordeste.

Realizamos algumas ponderações sobre as diferentes formas de acesso das mulheres no movimento, a representação da entrada delas para a sociedade da época, assim como quais aspectos foram transgredidos e rompidos pela coragem das cangaceiras. As contradições que envolvem as narrativas e a memória dessas mulheres significaram, por um lado, uma transgressão de gênero, ao fugirem do casamento e da maternidade; mas, por outro, foram acompanhadas, constantemente, pela violência dos cangaceiros, das forças policiais e da sociedade que as hostilizava.



Todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, mas outros fatores relacionados às suas identidades sociais, tais como classe, raça e território, são diferenças que repercutem na forma como cada grupo vivencia as opressões (CRENSHAW, 2002). O que foi possível observar entre as cangaceiras, pois a maioria delas eram filhas de famílias menos favorecidas economicamente, moradoras das áreas rurais, algumas indígenas. Algumas levadas de suas casas, de forma violenta, para o Cangaço, sem a família ter o direito de intervir.

Observamos, ainda, que as histórias transgressoras das cangaceiras são permeadas pela negação da trajetória de vida que lhes estava reservada enquanto mulheres do Sertão Nordestino. Imbuídas da aventura cotidiana, pela ambição financeira, pela possibilidade de amor escolhido e pela vida livre (pelo menos de algumas amarras), mulheres pobres, mas, também, em alguns casos, de classes mais abastadas, se renderam ao Cangaço. O movimento, para elas, era tido como a possibilidade de negar o destino do casamento arranjado e da vida pacata (reservada ao âmbito doméstico), recatada e sem vaidade. Ao mesmo tempo em que contrariaram expectativas culturais de gênero bem estabelecidas para a jovem sertaneja com poucas

possibilidades de encontrar outros caminhos, a vida difícil do Cangaço se mostrou como uma alternativa para essas “mulheres-macho”, que se constituíram corajosas e insubmissas à vida comum no território sertanejo.

Dessa forma, este material foi organizado por meio da compilação de informações históricas pesquisadas em livros, artigos, documentários e no acervo do Museu do Cangaço de Serra Talhada-PE. Com o formato de Cards³, e uma linguagem voltada para as redes sociais, onde foram expostos durante a vigência do projeto, apresentamos dez temas que interessam ao feminismo e às teorias interseccionais para pensar o Cangaço: i) Início do Cangaço e o coronelismo; ii) O papel da mulher sertaneja; iii) Relações raciais no Cangaço; iv) Ingresso das mulheres no Cangaço; v) Religiosidade no Cangaço; vi) Identidade visual no Cangaço; vii) Motivação para entrada; viii) Relação entre cangaceiros/as e indígenas; ix) Maternidade no cangaço; x) Motivação para saída.

As autoras

3 A linguagem indicada para cards ou cartazes nas redes sociais requer a divulgação de informações de forma direta e breve, preferencialmente, sendo ilustradas por imagens.



Referências

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos feministas, Trindade, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4S-FXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 dez. 2022.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Como trabalhar com “raça” em sociologia**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan./jun. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/DYxSGJgkwVyFJ8jfT8wxWxC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 dez. 2022.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade – Fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 2. Brasília: UnB, 1999.

Início do Cangaço e o Coronelismo



O início do cangaço

O Cangaço surgiu entre os séculos XIX e XX, no Sertão Nordestino. Inicialmente, contava apenas com a participação de homens, dispostos a sequestrar fazendeiros e coronéis e enfrentar a polícia, motivados por questões sociais e relacionadas à terra, mas também por razões pessoais e de vingança. Em seu formato mais conhecido, surgiu como uma reação aos sistemas políticos da época, como o coronelismo (SÁ, 2020).

Wilson dos Santos (2018) o caracteriza como um movimento social armado, constituído por disputas políticas, de terras e de luta pela honra. A desigualdade social, a miséria e o isolamento socioespacial, que gerava a falta de comunicação com outras regiões do país, são considerados as suas principais motivações.

O autor ressalta, ainda, que o Cangaço teve seu início na própria origem do Brasil português, no qual a colonização exigia violência para dominar os povos indígenas que viviam no local, e que não desapareceu com a dominação dos povos nativos, mas foi redirecionada. Apesar de atribuir a motivação do Cangaço à violência sistêmica e ao resultado da colonização, Wilson dos Santos (2018) concorda que o controle excessivamente autoritário dos coronéis também é uma das causas de revolta da população, desencadeando, assim, o movimento.

Coronelismo

O coronelismo foi um modelo político vigente no Brasil durante o período de 1889 a 1930, marcado pela dominação social e econômica dos coronéis. Nele, havia uma aliança entre os fazendeiros mais ricos (os coronéis) e os líderes políticos.

A sua base era o autoritarismo excessivo, o qual desagradava a população que era constantemente explorada. Daí, nasceram os grupos de cangaceiros, determinados a transgredir e a subverter as lógicas de poder no interior do Sertão Nordestino. O Canção se apresentava, então, como uma forma de vingança e de resistência contra os governos locais (SÁ, 2020).

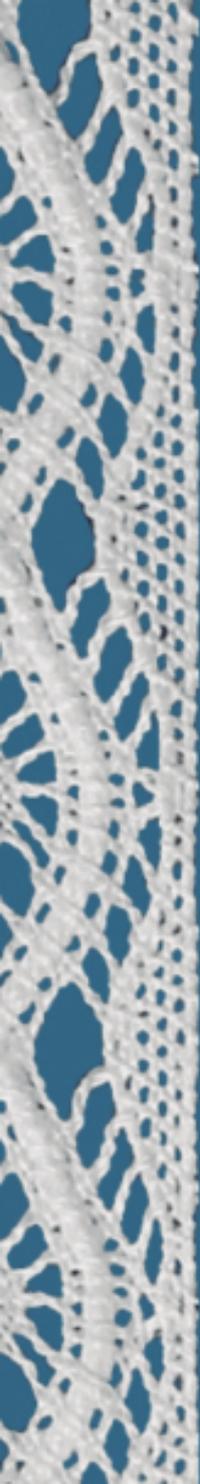
Referências

SÁ, Sarah Ritchelle Cristóvão de. **A Mulher no Cangaço: Um olhar para além de Maria Bonita (1930–1938)**. Universidade Federal de Alagoas, 2020.

SANTOS, Wilson Alvares dos. Cangaço: um movimento social. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, 2018.

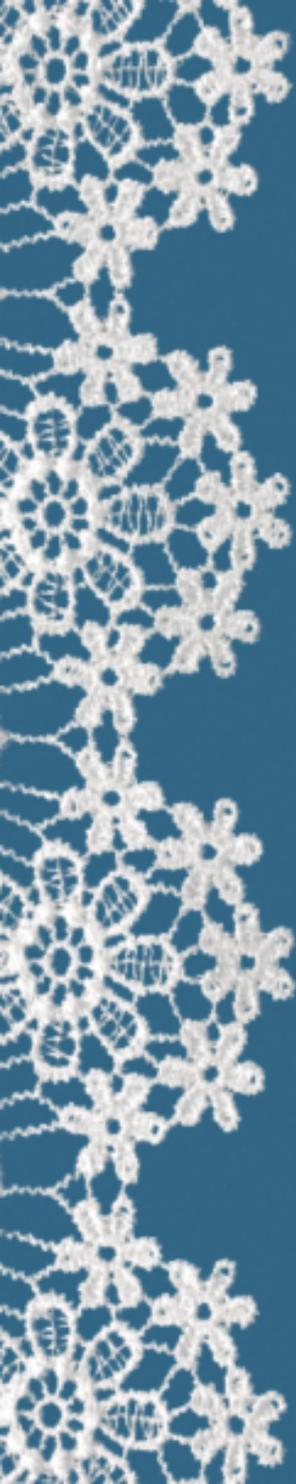
O papel da mulher sertaneja





A base social do povo sertanejo era pautada por valores como a honra, e sua estrutura familiar, durante o início do século XX, era baseada nos princípios da Igreja Católica (MELLO, 2004 apud LIMA, 2016). As mulheres sertanejas, desde a infância, eram consideradas como “mininu fêmea” e, ao crescerem, passavam a ser vistas como “mulher macho” (FALCI, 2007). Acreditava-se que apenas mulheres fortes seriam capazes de sobreviver na realidade sertaneja.

Fatores como o isolamento socioespacial, as condições locais de povoamento, o grande índice de casamentos interétnicos, as condições ambientais e climáticas e a formação social patriarcal altamente estratificada, influenciaram e determinaram o papel da mulher no Sertão Nordestino no século XX. Mesmo com as inúmeras relações interétnicas, valorizava-se, no sertão, a filha de fazendeiro rico, branca, herdeira de escravos e de posses (FALCI, 2007).



A condição econômica da maioria das mulheres dificultava a ascensão social. Nas poucas vezes em que eram permitidas trabalhar, tinham que se voltar para atividades como a produção de doces e de alimentos no geral, rendas, costuras ou serviços de lavadeiras, para receber apenas o suficiente para auxiliar na renda familiar (NEGREIROS, 2018).

O trabalho feminino, nessa época, era motivo de julgamento, pois perdurava a noção de que mulheres não precisavam, e nem deviam, trabalhar, e, quando era preciso que o fizessem, a sociedade julgava o homem como incapaz. Esse trabalho também marcava a decadência econômica da família (FALCI, 2007).



Referências

LIMA, Carolina de Araújo. **Mulheres em movimento e sua invisibilidade: a memória e o esquecimento das canga-ceiras.** Andes-SN, 2016.

NEGREIROS, Adriana. **Maria Bonita: sexo, violência e mul-heres no cangaço.** [s.1]: Editora Objetiva, 2018.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres no sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil.** 7a. São Paulo: Editora Contexto, 2004, p. 251-290.

Relações raciais e cangaço



Preconceito e discriminação racial

O cangaceiro Corisco, do bando de Lampião, tinha ojeriza aos negros. Isso porque, ao caminhar em uma estrada, quando jovem, foi interpelado por dois soldados negros pertencentes a uma volante, que o abordaram e o chamaram de “amarelo” e “cabra sem vergonha”, entre outros insultos. Corisco teria se sentido humilhado e, desde então, alimentado profunda aversão a negros (DOMINGUES, 2017).



Lampião, embora tivesse a pele escura, considerava os negros a “imagem do cão”. Dizia que, se não fossem os pretos na polícia, não teria entrado para o Cangaço, seria um homem da lei.

“Eita, terrinha desgraçada essa Bahia, só dá preto”, disse Lampião ao chegar à cidade e fazer um sargento refém. Pediu para ver as mãos do militar e continuou: “E, não tem calo. Que nego bom pra pegar uma enxada!” (NEGREIROS, 2018, p. 31).

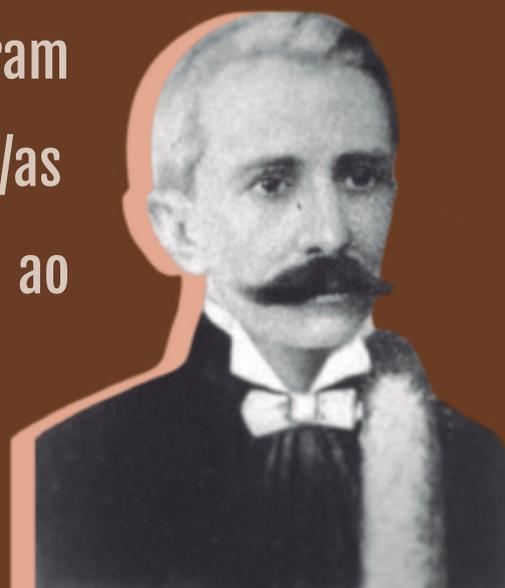
Quando Lídia ingressou no Cangaco, tinha fama por sua beleza e chamou atenção por estar com um cangaceiro negro de rosto magro e lábios grossos, considerado o mais feio do bando, o Zé Baiano.

Preconceito e discriminação racial

Podemos refletir sobre a negação de Lampião em reconhecer-se negro como uma proteção às tantas violências em relação a essa população, composta por pessoas consideradas sem valor, desprovidas de beleza, desumanas, criminosas e inferiores aos brancos. Nesse sentido, Lampião, ao se considerar diferente dos negros, bem como ao ofendê-los e violentá-los, buscava reforçar uma posição de poder, lugar que não poderia ser ocupado por um homem não branco.

Teorias da época

As teorias científicas da época contribuíram para reforçar o racismo. Nina Rodrigues, cientista e escritor, dizia que os brancos eram superiores aos negros. Já os mestiços, dada a mistura de raças, eram degenerados e, portanto, naturalmente propensos à loucura e ao crime (DOMINGUES, 2017). Era assim que os/as cangaceiros/as negros/as eram vistos/as na sociedade: possuidores/as de uma genética com predisposição ao crime (NEGREIROS, 2018).



O tamanho dos lábios e dos narizes, os índices cefálicos, a espessura dos cabelos, a cor da pele, entre outras marcas físicas, decodificavam valores morais, comportamentais e estéticos, mesmo depois do fim do Cangaço. Classificações como pardos, mestiços, mulatos e pretos continuaram a aparecer nos registros policiais, prontuários médicos, autos criminais, laudos periciais, gráficos estatísticos e manuais de Medicina e de Direito (DOMINGUES, 2017). O que contribui, até hoje, para fortalecer o imaginário social brasileiro no que concerne à superioridade dos/as brancos/as e as violências em relação à população negra.

Nos dias atuais, o racismo estrutural permanece reforçando estes estereótipos que se perpetuam em diversos âmbitos da sociedade. De acordo com o Atlas da Violência (2020), os negros representaram 75,7% das vítimas de homicídios. Mulheres negras se destacam entre o número de pessoas que vivem na pobreza e extrema pobreza. Na pandemia de Covid-19, pessoas negras morrem mais e recebem menos vacina. É preciso implodir o racismo!

Referências

DOMINGUES, Petrônio. O "Corisco Preto": cangaço, raça e banditismo no nordeste brasileiro. In: **Rev. Hist.** São Paulo, (176), 2017.

NEGREIROS, Adriana. **Maria Bonita: Sexo, violência e mulheres no Cangaço.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Atlas da violência – 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em 12 de dez. de 2022.

O ingresso das mulheres no cangaço



O ingresso das mulheres no Cangaço aconteceu em 1930, quando Maria de Déa, que viria a ser conhecida como Maria Bonita, acompanhada por Mariquinha (sua ex-cunhada), passa a viver maritalmente com Lampião, líder do movimento (NEGREIROS, 2018).



É a partir desse momento que foi permitido aos cangaceiros levarem suas companheiras para os bandos. Antes disso, eles tinham namoradas, mas elas não os acompanhavam nas missões. Alguns e algumas autores/as chamam esse momento de “fase amorosa” do movimento, para outros/as, marcaria a decadência do poder do grupo (SANTOS, 2005).



A entrada das mulheres marca não só uma nova fase para o Cangaço, que se adaptaria à convivência com elas, mas também uma transgressão dos papéis sociais que lhes eram destinados. Entre os anos de 1930 e 1940, vigorava o Código Civil de 1916, que institucionalizava o lugar da mulher na sociedade. Ao entrarem para o Cangaço, portanto, elas não estavam transgredindo apenas os papéis sociais pré-determinados, mas também a própria legislação (LIMA, 2016).

Apesar de algumas mulheres ingressarem no movimento por vontade própria, a exemplo de Maria de Déa, Mariquinha e Adília, essa não foi a realidade de muitas outras cangaceiras. Muitas delas sofreram violências, como raptos e abusos, e foram obrigadas a se manterem nos bandos por questões de segurança, como Dadá e Sila. Por um lado, não lhes era permitido retornar às suas casas depois de conhecerem os segredos dos bandos, por outro, a sociedade não as aceitava de volta por não serem mais virgens, o que faria, também, com que não conseguissem se casar (NEGREIROS, 2018).



Perante a mídia, as cangaceiras eram sempre vistas como bandidas, “megeras” ou como meros objetos sexuais dos cangaceiros (LIMA, 2016). Isso quando se fazia menção a elas e não as invisibilizava, o que, talvez, poderia ser uma forma de esconder os comportamentos subversivos que exerciam. As volantes, influenciadas pelo imaginário popular, viam Lampião como um sujeito insaciável e viril, e interpretavam a entrada das mulheres no Cangaço como forma de possibilitar orgias e bacanais imaginários (SANTOS, 2005).

Flávia Santos (2005) também lembra que, popularmente, as mulheres eram vistas como indivíduos capazes de controlar os ímpetos dos cangaceiros, tornando-os mais pacientes e menos violentos. Esse pensamento contribuiu para o fortalecimento da ideia de que o papel delas no Cangaço foi sempre voltado à conciliação, apagando outras características.

Essa leitura desloca seu papel, supostamente “natural” e determinado socialmente, para outro espaço físico, mas sem alterar o arquétipo: no Cangaço, elas continuavam sendo dedicadas e submissas (SANTOS, 2005).

Referências

LIMA, Carolina de Araújo. **Mulheres em movimento e sua invisibilidade: a memória e o esquecimento das cangaceiras.** Revista Universidade e Sociedade, Brasília, v. 58, p. 92-103, jun. 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/21485487-Mulheres-em-movimento-e-sua-invisibilidade.html>. Acesso em: 14 dez. 2022.

NEGREIROS, Adriana. **Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no canção.** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2018.

SANTOS, Flávia Santana dos. **Cangaceiras: rebeldia, romantismo e liberdade.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Faculdade de Educação, Centro Universitário de Brasília, 2005. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/3511/2/20165566.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

O que motivou a entrada
das mulheres no Cangaco?

ENTRADA VOLUNTÁRIA



As motivações para o ingresso das mulheres no Cangaço são diversas. Em geral, entravam para acompanhar o namorado ou algum membro da família; outras, se apaixonavam por algum cangaceiro. Algumas compreendiam o movimento, também, como uma forma de conquistar sua liberdade, além de poder seguir a vida com seu amado, usar maquiagem, escolher seus próprios parceiros (contrariando os casamentos arranjados pela família), usar vestidos considerados curtos e jóias.

Maria de Déa, conhecida, postumamente, como Maria Bonita, é a maior representante do grupo de mulheres que ingressaram no Cangaço. Filha do sertanejo José Gomes de Oliveira e de Maria Joaquina da Conceição de Oliveira, moradores da cidade de Santa Brígida – Bahia, foi a primeira mulher a entrar para o movimento, em 1930, quando tinha 19 anos. Abandonou o marido, José Miguel da Silva (Zé de Neném), com quem vivia em constantes brigas, para acompanhar o líder do grupo de cangaceiros, Lampião.



Junto de Maria, também ingressou Mariquinha, irmã de Zé de Neném. Em 1929, Mariquinha teve de retornar à casa da família para tratar de uma doença pulmonar e, foi durante esse período, que conheceu Angelo Roque, conhecido como Labareda, o qual havia se ligado ao Cangaço para fugir da justiça. Mariquinha decidiu se juntar a ele e também entrar para o bando. Maria de Déa e Mariquinha foram as primeiras cangaceiras.

A cangaceira Adília também entrou para o movimento por motivações amorosas. Aos 15 anos, fugiu para se juntar ao bando. Ela já namorava o cangaceiro Canário antes disso, mas sua família desaprovava o relacionamento (SANTOS, 2005). Filha de pais rígidos, que a proibiram de frequentar a escola, em virtude do alerta do tio sobre o risco de se ter uma “filha sabida”, também não podia se maquiar ou dançar, e namorar estava fora de cogitação (NEGREIROS, 2018).

Lili foi outra cangaceira que ingressou no movimento para acompanhar o namorado, Lavadeira. Eles já tinham um relacionamento quando, em 1929, a partir da entrada de Maria, foi permitido aos cangaceiros trazerem suas namoradas para os bandos. Lili era “parte do seletivo grupo de jovens que gostavam de seus companheiros” (NEGREIROS, 2018, p. 124).

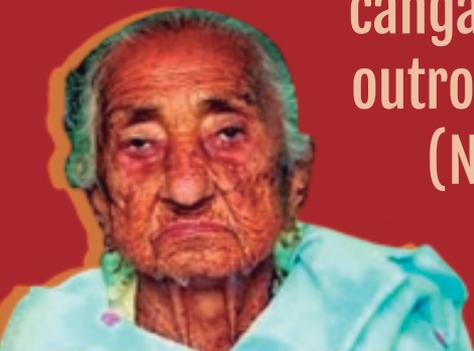
Outro caso foi o de Enedina, que se juntou ao Cangaço para acompanhar o marido, o cangaceiro Cajazeiras, que era perseguido pelas autoridades e, por sua vez, entrou para o bando para fugir (FREITAS, 2005). O caso de Enedina e Cajazeiras, contudo, é diferente dos demais, pois já eram casados antes do ingresso no movimento, diferentemente de Dadá e Corisco, ou Sila e Zé Sereno, que realizaram matrimônio posteriormente.



Ainda temos o caso de Cristina, companheira do cangaceiro Português, a qual entrou no Cangaço em busca das aventuras da vida nômade (FREITAS, 2005).



Antônia, primeira companheira de Gato, completa esse grupo de entrada voluntária. Era viúva quando decidiu acompanhar o cangaceiro, mas passou pouco tempo no bando, já que ele decidiu ter mais de uma esposa e ela não concordou. Antônia é uma das exceções a quem foi permitido o retorno para a casa dos parentes, pois, diante do término do relacionamento ou da morte do companheiro, as cangaceiras eram obrigadas a arranjar outro namorado no bando ou eram mortas (NEGREIROS, 2018).



Referências

FREITAS, Ana Paula Saraiva de. **A presença feminina no cangaço: práticas e representações (1930-1940)**. 2005. 242 f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2005.

NEGREIROS, Adriana. **Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2018.

SANTOS, Flávia Santana dos. **Cangaceiras: rebeldia, romantismo e liberdade**. 2005. 49 f. Monografia (Especialização) – Curso de História, Departamento de História, Faculdade de Educação – Face, Brasília, 2005.

O que motivou a entrada
das mulheres no Cangaço?

RESULTADO DE VIOLÊNCIA



Muitas mulheres entraram no Cangaço em decorrência de situações de violências, raptos e abusos sexuais. Esse modo de entrada “se baseava no uso de terror e da coerção” (FREITAS, 2005, p. 117–118). Em alguns casos, eram forçadas a abandonar suas famílias e sua terra natal para acompanhar um cangaceiro que não conheciam, além de se submeterem aos inconstantes da vida no bando.

Sérgia Ribeiro da Silva, conhecida como Dadá, é a maior representante desse grupo de mulheres. Nasceu em abril de 1915, em Belém do São Francisco, cidade de Pernambuco. Foi raptada por Corisco, aos 13 anos (NASCIMENTO, 2015), como punição a seu pai pela suposta delação de um amigo do cangaceiro. Sérgia saiu da casa de Seu Vicente presa à garupa de um burro e, a partir desse dia, ganharia o apelido de Dadá (NEGREIROS, 2018).



No caminho para a casa de Dona Vitalina, tia de Corisco, Dadá foi abusada pelo cangaceiro. Após o abuso, encontrava-se sem forças, com as genitais em carne viva, sangrando e delirando. Corisco a teria levado para a casa da tia, que foi encarregada dos cuidados de Dadá até que essa pudesse ser levada para o bando. Nos dias seguintes, a menina sofreu hemorragias, infecções e febres altas que a faziam delirar.

Inacinha também fez parte do grupo de mulheres que não entraram no Cangaço por vontade própria, embora haja certa discordância entre algumas pesquisadoras. Ana Paula de Freitas (2005) classifica seu ingresso como voluntário, apesar de não aprofundar seu argumento. Já Adriana Negreiros (2018) relata que houve coação. Inacinha era prima de Antônia, companheira de Gato. O cangaceiro se interessou por ela, que não queria se juntar a ele, mas, segundo Adriana Negreiros, “como despertara amor de cangaceiro, entretanto, perdera o querer. Ou o acompanhava ou morria. O jeito foi seguir com o bandoleiro” (2018, p. 55).

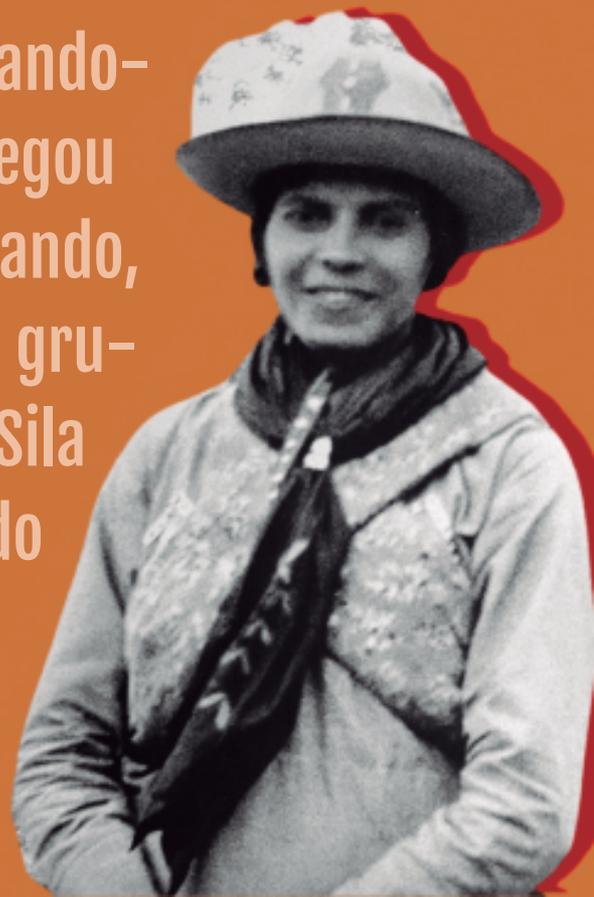


Os pais de Adelaide eram vaqueiros e temiam que uma das cinco filhas atraísse o interesse de algum cangaceiro, mas foi justamente Adelaide que despertara o desejo de um deles, apelidado Criança. A ela não foi deixada escolha, como relata Adriana Negreiros (2018):

“Aos velhos vaqueiros, só restou se despedir da filha e torcer por melhor sorte para as quatro restantes.”

Como podemos ver, a partir do momento em que algum cangaceiro se interessava por uma mulher, ela não tinha escolha a não ser virar sua companheira. Dizer não a eles era inaceitável, tendo em vista a possibilidade de retaliação.

Sila relatou que não escolheu entrar para o Cangaço, mas que foi escolhida por ele, quando tinha apenas 11 anos. Ao receber a notícia de que Zé Baiano queria levá-la para o bando, ela tentou achar uma forma de fazê-lo perder o interesse, mostrando-se desleixada. Quando chegou a hora de ir embora com o bando, Zé Baiano não estava com o grupo e Zé Sereno informou a Sila que ela seria companheira do cangaceiro.



Otília foi outra mulher que entrou para o movimento em 1931, aos 15 anos. Ao passar pelas proximidades do Raso da Catarina com os irmãos, deparou-se com o bando de Lampião. O cangaço Mariano se interessou por ela e impôs que ela se tornasse sua companheira a partir dali. “Ou ia ou morria. Ela foi.” (NEGREIROS, 2018, p. 163).



Também há a ocorrência do ingresso no Cangaço como forma de fuga das violências constantes das volantes, que podiam ser tão ou mais cruéis que os próprios cangaceiros. Podemos citar o caso das cangaceiras Aristéia, companheira de Catingueira; Eleonora, irmã de Aristéia e companheira de Serra Branca; Joana Gomes, conhecida como Moça, companheira de Cirilo de Engrácia e Marina, companheira de Cocada.



Como é possível perceber, muitas delas entraram no Cangaço na adolescência e, algumas, ainda crianças, se compararmos com o marcador etário atual que define essas fases, embora saibamos que a adolescência não é marcada apenas pelo fator etário, mas também por questões de gênero, classe e raça. A violência e a situação de vulnerabilidade eram uma constante para as meninas de famílias pobres, pois cangaceiros ou policiais se achavam autoridades para violarem seus corpos e destinos. Até mesmo as mulheres que entraram para os bandos por vontade própria tinham regras a seguir, pois o movimento era dirigido pelo patriarcado, que marcava bem o lugar de submissão delas.

Referências

FREITAS, Ana Paula Saraiva de. **A presença feminina no cangaço: práticas e representações (1930–1940)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2005.

NEGREIROS, Adriana. **Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2018.

SANTOS, Flávia Santana dos. **Cangaceiras: rebeldia, romantismo e liberdade**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Faculdade de Educação, Centro Universitário de Brasília, 2005. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/3511/2/20165566.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

NASCIMENTO, Geraldo Maia do. **Amantes guerreiras: a presença da mulher no cangaço**. 2. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2015.

Maternidade no Cangaco



O ingresso das mulheres no movimento transformou a dinâmica dos bandos, gerando novas hierarquias e laços familiares (CLAUDINO, 2013). Elas não entraram para o Cangaço para ocuparem cargos de guerrilha ou se responsabilizarem pelos trabalhos domésticos e de cuidados, mas, sim, para acompanharem os cangaceiros, de forma que deviam estar sempre disponíveis sexualmente para eles. Utilizavam métodos contraceptivos naturais, mas, como nem sempre funcionavam, podiam engravidar a qualquer momento (NEGREIROS, 2018).

Durante o fim da gravidez e nos primeiros dias da criança, os/as cangaceiros/as optavam por se abrigarem em coitos com segurança e qualidade, para assegurar um parto seguro à gestante. Logo depois de nascidas, as crianças eram enviadas para outras famílias que podiam garantir-lhes conforto e educação, as quais nem sempre tinham vínculo sanguíneo com os/as progenitores/as. Esse tipo de prática já era comum desde o Brasil Colonial, configurando uma “forma paradoxal de se proteger a criança” (VENÂNCIO, 2013, p. 202).

Esperava-se das mulheres devoção à família e ao casamento, às prendas domésticas e à maternidade. Desse modo, as cangaceiras romperam com o papel social de feminilidade esperado e imposto pela sociedade nordestina da época, pois acompanhavam os cangaceiros, símbolos da violência, e não maternavam as crianças decorrentes de suas gestações, deixando de exercer o papel de mães cuidadosas (FALCI, 2004).

Dadá engravidou cinco vezes durante o tempo em que esteve no Cangaço. Na primeira gravidez, ficou no Raso da Catarina-BA, com a tribo indígena Pankararé. Josafá, seu primeiro filho, foi entregue, com poucos dias de vida, a um fazendeiro. Ela descreveu a dor de entregá-lo como “a maior dor do mundo” (NEGREIROS, 2018, p. 63).

Tanto Josafá quanto o próximo bebê de Dadá morreram poucos dias após o parto. Na sua terceira gestação, ela estava desnutrida e desidratada e, por consequência, não produziu leite para alimentar o bebê, que também acabou falecendo.



Foi apenas a partir da quarta gravidez, em 1935, que a cangaceira deu à luz um bebê saudável, que sobreviveu, apesar das dificuldades. O parto ocorreu em meio a uma fuga e, além disso, o bebê se encontrava atravessado na barriga, o que fez o parto ser bem difícil. Em 1937, Dadá deu à luz novamente, e logo o bebê foi enviada para um coronel em Poço de Trincheiras-AL (NEGREIROS, 2018).

As informações sobre as gravidezes da cangaceira Adília são divergentes entre os autores. Segundo Adriana Negreiros (2018), a cangaceira teria engravidado apenas uma vez, e devido às dificuldades de seu relacionamento, teria feito de tudo para expelir o feto, utilizando de chás medicinais, como de folhas de anis, juazeiro, macela e pereira. Contudo, o bebê nasceu saudável. Já conforme Geraldo Nascimento (2015), a cangaceira engravidou duas vezes, a primeira gravidez teria acontecido no ano seguinte a sua entrada no Cangaço, o bebê foi entregue aos cuidados de terceiro; e logo em seguida teria engravidado novamente.



Maria Bonita engravidou durante o final da segunda gravidez de Dadá. Expedita, como foi nomeada, nasceu na sombra de um umbuzeiro, na fronteira dos estados da Bahia e do Sergipe, assistida pelas parteiras da região. A menina foi logo enviada a uma fazenda na cidade de Porto da Folha-SE.

Adriana Negreiros (2018) comenta a possibilidade de Expedita não ter sido a primeira filha do casal, pois Maria Bonita pode ter tido um bebê no final de 1930, mas que, devido às complicações, nasceu morto.



Adelaide engravidou logo após o seu ingresso no Cangaço. No final de sua gravidez, se encontrava acoitada, mas, devido a um susto, foi obrigada a deixar a segurança do coito. Durante a caminhada para outro esconderijo sentiu as dores do parto, mas não podia parar e, quando finalmente chegou ao novo local, não tinha mais forças. Mesmo com a ajuda das mulheres da região, morreu com o bebê ainda na barriga.

Sila também engravidou nas primeiras relações com Zé Sereno, aos 12 anos (NEGREIROS, 2018). Durante toda a gravidez, teve que fugir da volante de Zé Rufino e, devido às fugas, teve o bebê em uma gruta. Seu filho nasceu saudável e foi batizado por Maria Bonita e Lampião. Imediatamente, foi enviado para a família que o criaria, mas faleceu poucos dias depois.



Após darem à luz e enviarem os/as bebês para suas novas famílias, as cangaceiras amarravam um pano firmemente ao redor dos seios para imobilizá-los e evitar que inchassem e derramassem leite nos vestidos.

Os cangaceiros cultivavam o costume de matar e assar frangos para auxiliar as puérperas a recuperarem suas forças. O prato era chamado de “galinha de parida” e, em alguns casos, elas não podiam aproveitar a refeição devido à necessidade de fuga.



Ainda podemos citar os casos de Durvalina, Aristéia, Inacinha, Otília e Sebastiana.

Durvalina também engravidou pouco tempo depois de ingressar no Cangaço, teve dois filhos que foram entregues aos cuidados de terceiros, mas nenhuma das crianças sobreviveu.



Aristéia teve um filho de Catingueira, que foi criado pelas tias. A cangaceira disse que se voltasse para casa os parentes a matariam.



Inacinha levou um tiro nas nádegas durante o oitavo mês de gestação e, em decorrência do ferimento, foi presa e levada para Piranhas-AL. O bebê nasceu quando ela ainda estava na cadeia.



Otília engravidou duas vezes e, nas duas ocasiões, os bebês foram entregues a outras pessoas, com cartas de Corisco contendo pedidos de bons tratos.



Sebastiana deu à luz em 1937, o bebê foi entregue ao promotor de justiça Manoel Cândido Carneiro da Silva, juntamente com um bilhete de apresentação.

Algumas Considerações

Como pudemos observar ao longo das histórias apresentadas, as cangaceiras não tinham escolhas e nem mesmo a gestação era justificativa para que se ausentassem do Cangaço. De toda forma, estavam submetidas ao risco de morte, seja ao fugir do movimento, ao retornar para casa ou seguindo a dinâmica do bando antes, durante e no pós-parto. A permissão para sua entrada tinha uma função exclusivamente sexual e nenhuma outra particularidade era levada em consideração. Podemos alegar que só não eram substituídas com facilidade porque conheciam os caminhos de fuga e os esconderijos, garantindo a sua permanência até a morte.

Referências

CLAUDINO, Nadja Claudinale da Costa. Entre o punhal e o afeto: imagens de Maria Bonita na historiografia e no cordel (1930/1938). 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2013. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/10707/NADJA%20CLAUDINALE%20DA%20COSTA%20CLAUDINO.%20TCC.%20LICENCIATURA%20PLENA%20EM%20HIST%c3%93RIA.%202013.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 14 dez. 2022.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres no sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary (org.), História das mulheres no Brasil. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004. p. 251-290.

NASCIMENTO, Geraldo Maia do. Amantes guerreiras: a presença da mulher no cangaço. 2. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2015.

NEGREIROS, Adriana. *Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2018.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Maternidade Negada*. In: DEL PRIORE, Mary (org.), *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 189-222.

O que motivou a saída
das mulheres do
Cangaço?



Podemos classificar em três principais grupos as motivações para saída das mulheres do Cangaço: prisão, expulsão e assassinato. Vários fatores orbitaram esses motivos, tornando cada caso único. Apesar disso, é possível notar que a violência está presente na maioria deles, seja no ingresso ou na saída das mulheres do movimento.

Prisão

Cangaceiras que exemplificam bem o grupo “prisão” são: Inacinha, Otília e Ana. Inacinha estava grávida de oito meses quando foi presa. Durante o combate, a cangaceira foi baleada nas nádegas, mas ela e o bebê sobreviveram. Gato, seu companheiro, morreu no combate tentando resgatá-la. Ela teve o filho na cadeia e foi solta pouco tempo depois. Já em liberdade, casou-se com um ex-soldado, apelidado de Pé na Tábua (NEGREIROS, 2018; NASCIMENTO, 2015).

Otília foi capturada pela volante de Zé Rufino, em Pernambuco. Na ocasião, estava acompanhada de Mariano, Criança e outros dois cangaceiros. Mariano foi baleado na perna, mas conseguiu escapar carregado pelos companheiros. Já Otília, que tinha se escondido em um dos quartos da casa, foi levada para a cadeia de Jeremoabo-PE, sendo abusada pelos policiais todos os dias em que permaneceu presa (NASCIMENTO, 2015).



A cangaceira Ana foi companheira de cela de Otília, na cadeia de Jeremoabo-PE. Ela entrou para o Cangaço para fugir da violência das volantes. Poucos dias depois de sua entrada, se arrependeu, mas não obteve permissão para retornar para casa. Ela passou três anos no movimento antes de ser capturada pelas volantes do sargento Vicente. Durante o confronto, a cangaceira foi baleada nos dois braços, impossibilitando sua fuga.



Expulsão

Representando a expulsão, temos o caso de Joana Gomes, cangaceira apelidada de Moça, que era companheira do cangaceiro Jacaré. Ela se entregou para as autoridades em 1937, depois de ser expulsada do grupo por Lampião (FREITAS, 2005). Relatou em uma entrevista, enquanto estava presa, que lhe foi atribuída uma sequência de mortes que envolviam seus companheiros. De acordo com a autora, “os cangaceiros transferem o fracasso diante das volantes para o sobrenatural, identificado, sobretudo, na mulher que carregava poderes ‘ocultos’” (FREITAS, 2005, p. 182).



Assassinatos

Lili, Lília e Cristina são exemplos de cangaceiras que foram assassinadas por praticarem adultério. Cristina era companheira do cangaceiro Português e foi morta em virtude de um boato de que estaria envolvida com Gitirana. Português a expulsou do bando e ela partiu em companhia de outros dois cangaceiros, mas, no meio do caminho, o trio encontrou os bandoleiros Luís Pedro, Candeiro e Juriti, enviados por Lampião, Maria de Déa e Português para punir Cristina.



Cangaceira Cristina

Lili era companheira do cangaceiro Lavadeira, mas, após a morte dele, em 1932, ela passou a acompanhar Manuel Moreno, vulgo Baião. Contudo, não passou muito tempo com ele e se juntou a Moita Brava. Enquanto estava com Moita Brava, teve um caso com Pó Corante. Os dois foram flagrados por Moita Brava, que matou Lili a tiros. Já Pó Corante conseguiu fugir.

Lídia era companheira de Zé Baiano, cangaceiro conhecido por marcar as mulheres com ferro em brasa. Manteve um caso com o cangaceiro Bem-te-vi por três anos, antes de serem descobertos por Coqueiro, que os delatou para Zé Baiano. Ela foi espancada até a morte por Zé Baiano. Coqueiro também foi punido, pois delação era contra o código do bando. Já Bem-te-vi saiu impune.



Como é possível observar nos 3 casos de adultério, as mulheres que traíram seus companheiros foram punidas violentamente. Enquanto os homens envolvidos, na maioria dos casos, saíram impunes. Ana Paula de Freitas (2005, p. 195) afirma que: "Esse comportamento sinaliza que sua prática era perfeitamente aceita entre seus pares e servia de exemplo para as demais mulheres que desejassem praticar o sexo livre".

Também podemos citar outros casos, como a morte da cangaceira Neném e o retorno para casa da cangaceira Antônia.

Após ser morta pelas volantes, a cangaceira Neném teve seu corpo violentado por cachorros, estimulados pelos soldados a praticar a violência.

Já Antônia configura um dos raros casos em que foi permitido o retorno para casa. Antônia era companheira do cangaceiro Gato, que se interessou por Inacinha e estava decidido a ter duas esposas. Após discordar da escolha do companheiro, Antônia levou uma surra. Ao relatar o ocorrido a Lampião, a cangaceira foi autorizada a retornar para a casa dos pais (NEGREIROS, 2018).



Cangaceira Neném.



Cangaceira Antônia.

Referências

FREITAS, Ana Paula Saraiva de. **A presença feminina no cangaço: práticas e representações (1930–1940)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2005.

SANTOS, Flávia Santana dos. **Cangaceiras: rebeldia, romantismo e liberdade**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Faculdade de Educação, Centro Universitário

NEGREIROS, Adriana. **Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2018.

Relação entre cangaceiros/as e indígenas



Inacinha, do Brejo do Burgo - BA, curiboca da tribo Pankararé.

Existem poucos registros sobre as relações mantidas entre os/as cangaceiros/as e os/as indígenas. Esses dois grupos mantiveram intenso contato durante o século XX devido à necessidade dos/as cangaceiros/as fugirem da perseguição das volantes. Durante essas fugas, os membros do movimento eram compelidos a buscar abrigo em territórios considerados inóspitos, o que proporcionou o aumento das relações com os povos indígenas (CAVALCANTI, 2020).

Encontramos registros de duas principais comunidades indígenas que mantiveram contato com os/as cangaceiros/as: os Atikum-Umã, da Serra do Umã-PE; e os Pankararés, do Raso da Catarina-BA.

A aliança dos Atikum-Umã com os/as cangaceiros/as possivelmente se deu pela resistência dos/as indígenas à subordinação, já que eram contra a chegada de estrangeiros e a exploração do território sertanejo (CAVALCANTI, 2020).

A Serra do Umã, originalmente habitada por indígenas e, posteriormente, pelos/as cangaceiros/as em busca de coito, era considerada uma fortaleza natural devido às suas características geográficas, como a inclinação acentuada e o topo plano, onde podiam desfrutar de uma relativa calma. Os/As Atikum-Umã eram considerados coiteiros/as voluntários/as, oferecendo-lhes mantimentos, proteção e local seguro (CAVALCANTI, 2020).

Já o Raso da Catarina, conhecido como o “pedaço mais seco e inóspito do semiárido brasileiro” (NEGREIROS, 2018, p. 61), era habitado pelos/as Pankararés. O local tinha reputação de ser um labirinto natural, no qual pessoas despreparadas poderiam se perder e, até mesmo, morrer devido à falta de água ou comida e ao clima quente. Os/As Pankararés ajudaram os/as cangaceiros/as a se locomoverem e a sobreviverem nessas condições. Eles/as também cuidaram de Dadá em dois momentos importantes de sua vida: quando ela deixou a casa de Dona Vitalina, tia de Corisco, logo após ter sido raptada por ele e ter adoecido, em decorrência da violência sexual da qual foi vítima, e quando teve seu primeiro filho, Josafá (NEGREIROS, 2018).

Com os/as indígenas, os/as cangaceiros/as aprenderam as guerrilhas militares, a rastejar no mato, rastrear vestígios dos inimigos, reconstruir os seus passos e antecipar a quantidade deles, o estado em que se encontravam e se carregavam peso, como armas e mantimentos (BEZERRA; SILVA; TOMÉ, 2019).

Os cangaceiros, embora imponentes na arte de atacar, sabiam muito bem através das táticas indígenas fazer-se camuflar diante dos iminentes perigos que lhes apareciam, e através da própria terra obtinham as informações que precisavam para que mais um dia o bando pudesse estar se inserindo na vegetação em busca de realizar mais saques, sequestros entre suas outras atividades. (BEZERRA; SILVA; TOMÉ, 2019, p. 6).

Além disso, Dadá também fala que aprendeu com os indígenas a colocar o ouvido na terra e escutar o barulho que os bichos faziam e, a partir disso, saber se havia perigo, ou não, por perto:

"A gente tinha mania de botar o ouvido no chão. Aprendi isso com os índios caboclos que fiquei com eles oito meses dentro do mato. De tardezinha, eles saíam assim ao pôr-do-sol e ficavam escutando. Deitavam e punham o ouvido no chão. Ficavam algum tempo e depois diziam que não tinha perigo, estava tudo calmo. No outro dia eles faziam a mesma coisa e diziam - Arma a rede tudo alto, bem alto porque tem porco na Pororoca. Eles já sabiam que tinha perigo por ali" (DIAS, 1989, p. 43).

Sabemos que o rapé é usado para fins medicinais pelos povos indígenas da América do Sul. Dadá carregava esse preparo consigo, reforçando a proximidade dos/as cangaceiros/as com esses povos. Os membros dos bandos usavam plantas medicinais da caatinga, como quixabeira, umburana e fumo, além de outros produtos, como farinha, angu, água da raiz de umbu, também para fins medicinais. Com esses recursos, faziam emplastros que eram usados nos ferimentos (DIAS, 1989).



Temos registros de que algumas cangaceiras são descendentes de povos indígenas, como Inacinha, Ana, Antônia, Catarina, Joaninha, Julinha, Lica, Rosa e Sabrina. Todas essas de Brejo do Burgo, na Bahia, provavelmente de origem Pankararé. Dentre elas, as que possuem mais registros históricos são Inacinha e Antônia (BANDEIRA, 2015; NASCIMENTO, 2015).



Antônia, primeira companheira do cangaceiro Gato.



Inacinha, segunda companheira do cangaceiro Gato.

Referências

BANDEIRA, Renato Luís Sapucaia. **Dicionário Biográfico: Cangaceiros & Jagunços.** 2. ed. Salvador: 2015.

BEZERRA, Gildehon dos Santos; SILVA, Matheus Ferreira da; TOMÉ, Semiramys Fernandes. O crime organizado que vestia couro: uma breve abordagem sobre o cangaço e sua organização. In: ENCONTRO DE EXTENSÃO, DOCÊNCIA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 15., 2019, Quixadá. **Anais [...].** Quixadá: Centro Universitário Católica de Quixadá, 2019. p. 1-10.

CAVALCANTI, Maria Tereza. Sertão pernambucano: a relação entre indígenas e cangaceiros na serra do umã. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA. HISTÓRIA E MÍDIAS:

NARRATIVAS EM DISPUTA, 13., 2020, Recife. **Anais [...]** São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2020. p. 1-13.

DIAS, José Umberto. **Dadá.** Salvador: 2. ed. Salvador: EGBA/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1989.

NASCIMENTO, Geraldo Maia do. **Amantes guerreiras: a presença da mulher no cangaço.** 2. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2015.

Religiosidade no Cangaço



A religiosidade sempre foi um aspecto forte na vida dos/as sertanejos/as. Mesmo sendo fruto da colonização, a religião católica era usada por eles/as como uma forma de encontrar forças para enfrentar as dificuldades vividas. A postura passiva de grande parte da população diante das adversidades cotidianas se explica pela influência do sebastianismo português na religiosidade popular brasileira. Apesar de se considerarem fiéis à Igreja Católica, não há como negar que a religiosidade do/a sertanejo/a é lotada de sincretismo de religiões africanas e indígenas.

A vida religiosa dos/as cangaceiros/as se desenvolvia em um cenário cheio de elementos mágicos, que foram reproduzidos em suas vestimentas. Seu traje unia o profano, representado pela farda militar sertaneja, e o sacro, com a incorporação de símbolos religiosos, como moedas e medalhas de santos, rosários, crucifixos, entre outros. Também agregava símbolos de religiões africanas e indígenas, como patuás e ritos de proteção, como o do corpo fechado (VIANA, 2011).





Os/as cangaceiros/as se preparavam espiritualmente, todos os dias, para os conflitos armados, já que viviam sob o constante risco da perseguição das volantes (VIANA, 2011). O bando tinha momentos de oração: “quando em grupo, ou sozinho, Lampião gostava de fazer orações em horas definidas, como no amanhecer, ao meio-dia e ao anoitecer. Nestas orações sempre rezava o Ofício e alguma outra oração que julgava necessária naquela oportunidade” (TAVARES, 2013, p. 63).

FONTE: Museu do Cangaço
Serra Talhada - PE

Lampião e o bando fazendo orações



Os/as santos/as são parte importante da religiosidade popular do/a cangaceiro/a e do/a sertanejo/a, como um todo. É comum, no Sertão, que a população recorra aos/às santos/as em busca de proteção (VIANA, 2011) e todo/a sertanejo/a era devoto/a de algum/a deles/as. Lampião, em particular, seria de Nossa Senhora da Conceição (VIANA, 2011).



Os/as cangaceiros mantinham uma relação de respeito com os padres, evitando roubá-los e, até mesmo, poupando, dos saques e ataques, as cidades de alguns mais próximos do bando (VIANA, 2011).

Em especial, temos a figura de Padre Cícero, considerado por Lampião seu guardião espiritual. Foi graças ao conselho do padre que Lampião serviu no combate à Coluna Prestes, e, decorrente dessa ocasião, que Virgulino recebeu a patente de capitão do exército brasileiro.



Muitos/as sertanejos/as conferiam a invencibilidade de Lampião às bênçãos do Padre Cícero e ao “fechamento do corpo”, como destacam Claudio Viana (2011) e Adriana Negreiros (2018, p. 99): “aos talentos sobrenaturais de Rei do Cangaço se somariam, ainda, as bênçãos de Padre Cícero. Segundo a história que corria em toda a caatinga, Lampião tivera o corpo fechado pelo sacerdote, razão pela qual bala nenhuma poderia matá-lo”. O fechamento do corpo era uma prática mágica, de raízes africanas e indígenas, que permitia ao indivíduo ficar invulnerável a balas, facas, venenos, pragas ou malefícios (VIANA, 2011).



No documentário “Entre bandidos e heróis: A mulher cangaceira”, produzido pela professora Lisabete Coradini, em 1994, Sila relata que os cangaceiros tinham o costume de questionar as mulheres sobre seus sonhos, pois, por intermédio deles, conseguiriam prever algum ataque ou dificuldade.

Segundo Dadá, “a pessoa que quer saber a vida até a morte, use o sonho. É só rezar todo dia pr’a Nossa Senhora que vê tudo”. A cangaceira reconhecia que tinha uma “intuição danada” e afirma que “o sonho é uma reza que se reza. Hoje não estou rezando mais, me esqueci. Fica difícil de me lembrar. Quando rezava via tudo, tiroteio no ouvido” (DIAS, 1989).

Referências

Salvador: EGBA/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1989.

Entre Bandidos e Heróis: A mulher Cangaceira. Produzido por: Lisabete Coradini. Documentário. Brasil, 1994.

NEGREIROS, Adriana. **Maria Bonita: Sexo, violência e mulheres no Cangaço.** 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TAVARES, Eraldo Ribeiro. **Cangaceiros e devotos: religiosidade no movimento do cangaço (nordeste brasileiro, 1900-1940).** 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/342/1/eraldo_ribeiro_tavares.pdf> Acesso em: 14 dez. 2022.

VIANA, Claudio José Alves. Religião e Cangaço na cidade de Mossoró. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Escola Superior de Teologia, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/25583/Claudio%20Jose%20Alves%20Viana.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

Identidade visual do cangaço



Sobre identidade visual

A forma de se vestir apresenta e representa uma manifestação de linguagem (CAMPOS, 2006). A consciência da apresentação é fundamental na definição dessa identidade, pois, é através do vestuário que os/as cangaceiros/as eram visto/as e reconhecidos/as, e, posteriormente, após o término do movimento, foram representados (NEIVA, 2011).



Características dos trajes

Pesquisadoras ressaltam que o bando de Lampião possuía preocupações estéticas mais profundas que as dos homens urbanos. Os trajes dos cangaçeiros demarcavam hierarquias de funções sociais (CAMPOS, 2006). A vestimenta no Cangaço era uma forma exclusiva de afirmar a posição social e existencial, sendo uma expressão única em seu próprio meio (NEIVA, 2011).



Sua indumentária era ostentosa, imponente e repleta de símbolos religiosos, sendo o resultado da confluência das roupas dos vaqueiros nordestinos e dos soldados milicianos. Podendo ser comparada à dos cavaleiros medievais e samurais, a extravagância dos acessórios remete à cultura moura no Brasil. Todas as influências resultam na vestimenta única e característica dos cangaceiros (SANTOS; MENEGUCCI, 2013).



Os trajes continham galões, fecho eclair, jabi-raca e adereços em ouro, bem como bornais, peias bordadas e coloridas, chapéu de aba batida, decoração com rosáceas, flores e estrelas (CAMPOS, 2006). Usavam, ainda, muitos anéis de ouro, de prata e com pedras. Tudo isso ajudava a construir a imagem de extravagância.

O próprio Lampião usava lenços de seda pura e perfumes importados, o que era uma forma de mostrar superioridade e extravagância (MACIEL, 2010). Mesmo com tantos detalhes, os trajes ainda eram funcionais, ajudando os/as cangaceiros/as a se locomoverem melhor pela caatinga e os/as protegendo da vegetação.

Símbolos mais comuns

Os símbolos mais comuns nos trajes eram o signo-de-salomão, a flor-de-lis (palma), a cruz-de-malta, a estrela de oito pontas, os oito contínuos e florais variados, com quatro, seis ou oito pétalas. Para eles, os símbolos tinham natureza mítica, servindo como proteção, um tipo de “blindagem mágica” (SANTOS; MENE-GUCCI, 2014).

As mulheres usavam vestidos com estampas geométricas, lenços de seda amarrados ao pescoço, inúmeras fivelas e adornos nos cabelos, muitas jóias e ouro espalhados pelas vestimentas.

Símbolos mais comuns



Cangaço ditou moda!

Alguns estilistas se inspiraram na identidade visual própria do movimento para produzir suas coleções. Zuzu Angel, estilista brasileira, em 1970, fez um desfile para a loja Bergdorf Goodman, em Nova Iorque, com as coleções “Mulher Rendeira” e “Maria Bonita”.



Jean Paul Gaultier, estilista francês, em 2010, produziu uma coleção que resgatava elementos da moda cangaceira, evidenciando o chapéu de aba batida.

Lindemberg Fernandes, estilista brasileiro, em 2011, apresentou a coleção “Nó. Destino”, que trouxe a influência da figura do vaqueiro, com cores vibrantes e bordado em linha sobre o couro.



Referências

CAMPOS, Débora Caramaschi de. Memória: beleza, subjetividade e moda como direito na contemporaneidade. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL**, 6., 2006, Teresinha. Anais [...]. Teresinha: Universidade Federal do Piauí, 2006. p. 1-7.

MACIEL, Eduardo. **Espaço aberto**: revirando o baú de tradições e reconstruindo o traje dObra[s] – Revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda, São Paulo, v. 4, n. 8. p. 43-45, 2010. DOI: <https://doi.org/10.26563/dobras.v4i8.227>. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/227>. Acesso em: 14 dez. 2022.

NEIVA, Suria Seixas. **Repente Punk, moda cangaceira**: projeto experimental em design de moda. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Design de Moda) – Escola Belas Artes, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: file:///C:/Users/Alfredo/Downloads/PED_2011_2_Modacangaceira_Suria_Neiva.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

SANTOS, Joice; MENEGUCCI, Franciele. A valorização cultural por meio do design: um estudo sobre a aplicação de signos e símbolos do cangaço em produtos de moda brasileiros. In: **CONGRESSO CIENTÍFICO TÊXTIL E DE MODA**, 2., 2014, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Contexmod, 2014. p. 1-16.

SANTOS, Joice Vieira dos; MENEGUCCI, Franciele. Identidade cultural do cangaço na produção de moda de estilistas brasileiros. In: **COLÓQUIO DE MODA**, 9., 2013, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza: Anais, 2013. p. 1-3.

Identidade visual no cangaço



com a
chegada
das
mulheres

A identidade visual do Cangaço se transformou com a chegada das mulheres, podendo-se notar a interferência da artisticidade feminina na moda cangaceira. Apesar da costura não ter sido uma função destinada a elas, já que os homens sabiam fazê-la e costuravam desde antes do ingresso delas, foi a partir dos bordados da cangaceira Dadá que o traje ganhou bornais e faixas coloridas. Assim, a indumentária ganhou uma riqueza gráfica harmônica e equilibrada, com desenhos, padrões e decorações únicas (FERREIRA; ARAÚJO, 2011).

Dadá conta que começou a imaginar e criar os bordados que marcaram as vestes dos cangaceiros quando estava grávida e teve que se esconder no Raso da Catarina-BA:

"Eu estava de barriga, tinha ficado muito doente, fraca, então fiquei bastante tempo escondida no Raso da Catarina, me recuperando, esperando a criança nascer. Foi quando comecei a imaginar e criar esses bordados e enfeites coloridos para embelezar os bornais e os chapéus. Eu bordava tudo com fitas, com pedras, ficava uma beleza. Era flor, estrela, círculo, árvore, medalha, moeda de ouro e prata. Tudo bordado, recortado em couro branco ou pregado. Quando o capitão viu aquilo, nossa! Ficou encantado e foi logo encomendando: "Comadre Dadá, pode fazer um bordado desses pra mim?" Bordei um bornal, iche!, ficou lindo e dei de presente pra ele. Ele reclamou, imagine, que eu só tinha feito um e encomendou logo outro. Não demorou e todos os cangaceiros usavam igual. Virou moda." (Beraldo do Nascimento, 2015, p.21)

As mulheres possuíam dois trajes: o primeiro, chamado de traje civil, era composto por um vestido de seda branco ou com pequenas estampas de flores ou bolinhas, usado quando estavam acoitadas; já o segundo, era apropriado para a vida na caatinga, feito de mescla azul, comprido até o joelho, com mangas na altura do punho, galões coloridos e bolsos. Usavam luvas também, com suas iniciais bordadas no dorso. Tinham, ainda, meias, perneiras, lenços de seda no pescoço,

com medalhas de santos penduradas, medalhões com pedras preciosas e muitos trancelins de ouro. Elas gostavam de usar alpercatas e não sapatos. Nos bornais, carregavam batons, pó de arroz, pentes, espelhos e perfumes (CAMPOS, 2012).



Normalmente, as luvas eram feitas do mesmo tecido do vestido, por ser um pano grosso e resistente, capaz de defender as mãos das cangaceiras dos espinhos da vegetação, e possuíam enfeites e bordados de flores coloridas. A sua principal finalidade era proteger o dorso, por isso não tinham lugar para se colocar os dedos e eram fixadas no punho por um botão.



Outro fator marcante na identidade visual dessas mulheres era a quantidade de jóias que usavam. Era comum o uso de diversas correntes sobrepostas: usavam medalhas protetoras e anéis diversos com rubis, esmeraldas e brilhantes. Quanto mais rico o cangaceiro, mais jóias sua mulher exibia (FERREIRA; ARAUJO, 2011). A partir das mulheres, era possível observar a posição econômica do casal na hierarquia do grupo e, por isso, os homens prezavam por enfeitarem suas companheiras com muitas jóias. Isso nos lembra que as diferenças sociais, visibilizadas através dos modos de se vestir, é algo existente desde as civilizações antigas.



Vale ressaltar que a maioria das jóias eram adquiridas pelos cangaceiros nos assaltos que realizavam. Apesar de romperem com o modelo de feminilidade exigido no final do século XIX e início do século XX, as cangaceiras ainda aparentavam reproduzir certos gestos da elite rural sertaneja (LIMA, 2018), a exemplo da forma de posar para fotografias, com as pernas cruzadas e a posição das mãos. Outro fator que chama a atenção nas fotos de Maria é a quantidade de jóias que usava, até com os vestidos mais simples, representando certo poder simbólico.



Referências:

CAMPOS, Wanessa. **A dona de Lampião.**
Recife: Sesc, 2012.

FERREIRA, Vera; ARAUJO, Germana Gonçalves de. **Bonita Maria do Capitão: centenário de Maria Bonita 1911-2011.** 1ª ed. Salvador: Eduneb, 2011.

FREITAS, Ana Paula Saraiva de. **A presença feminina no cangaço: práticas e representações (1930-1940).** 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2005.

LIMA, Carolina de Araújo. Cangaceiras em um click: Imagens e representações do feminino no cangaço. Ponta de lança, v. 12, n. 22, p.107-123, 2018.

NASCIMENTO, Geraldo Maia do. Amantes guerreiras: a presença da mulher no cangaço. 2. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2015.

AS AUTORAS



Lorena Lima de Moraes é mãe, feminista, cientista social, professora e pesquisadora. Possui mestrado e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É professora adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UFRPE-UAST) e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Coordena o DADÁ: Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde e é co-fundadora e integrante da Rede Interdisciplinar de Mulheres Acadêmicas do Semiárido (RIMAS).

Contato: lorena.moraes@ufrpe.br



Aimê Felix Pordeus é feminista e graduanda do curso de Licenciatura Plena em Letras – Português e Inglês e suas Respectivas Literaturas pela Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. Durante a graduação, participou do Diretório Acadêmico de Letras (2019 a 2022). Foi bolsista do projeto “Um olhar interdisciplinar sobre o cangaço”, financiado pela FACEPE em parceria com a UFRPE. Participou do curso “WEBINARS ON CROSS-CULTURE COMMUNICATION AND EDUCATION”, no âmbito do Projeto Academic Internationalization and Cross-Cultural Education da UFRPE-UAST/NILLE, com apoio da Comissão Fulbright e do Regional English Language Office (RELO), da Embaixada dos EUA, em 2021. Foi pesquisadora e recitadora do grupo de recitação poética “Literânima”, de 2018 a 2020. Foi monitora da disciplina “Teoria Literária” durante o período de 2021.2 e participa do projeto de extensão “UFAPE Buzz”.



Roseane Amorim da Silva é feminista, graduada em Ciências Biológicas e Psicologia, mestre e doutora em Psicologia. É professora adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UFRPE–UAST). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas – GEPCOL-UFPE; integrante do DADÁ: Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde; membra do GT – juventudes e pesquisas participativas da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia – ANPEPP e pesquisadora da Rede Interdisciplinar de Mulheres Acadêmicas do Semiárido (RIMAS).

Museu da
Cangaço



UFRPE



Acesse nosso site!

